

**A Constituinte em discussão**

ANC 88  
Pasta Novembro/86  
068

## INVESTIMENTOS EXTERNOS? DEPENDE DO PERFIL DA CONSTITUINTE.

**Os países europeus querem saber o que ele mudará na economia do País**

Investidores potenciais europeus, e principalmente os suíços, permanecerão prudentes por mais algum tempo antes de planejar qualquer novo investimento no Brasil. Eles pretendem primeiro, e com cuidado, examinar o perfil da Assembleia Nacional Constituinte eleita no sábado e aguardar as declarações dos constituintes sobre a presença do capital estrangeiro na economia brasileira.

Essa sempre foi uma questão polêmica, e nada mais natural que faça parte das preocupações de um razoável número de eleitos, partindo do princípio, como reconhece a OCDE (Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico), órgão dos países industrializados, de que "o investimento externo supõe um certo controle estrangeiro sobre a atividade econômica interna do país que o acolhe".

Investidores ouvidos pelo JT demonstram, com base em informações rotineiras que recebem do Brasil, não ter dúvidas de que as "características liberais" da economia brasileira não sofrerão abalos na Constituinte. Mas se colocam prudentes, até porque sabem das tensões nas relações Norte-Sul — o investidor querendo ganhar o máximo, o país acolhedor opondo a não o interesse nacional "na maioria das vezes de maneira totalmente emocional".

Para alguns investidores, a América Latina tem sido pródiga em tentar criar disposições de natureza a restringir os investimentos estrangeiros. Exemplificam com o Pacto Andino — Bolívia, Equador, Colômbia, Peru e Venezuela — que, ao seu ver, nunca avançou porque teve com base de conflito justamente a tentativa de regulamentação do capital externo. O Chile abandonou o pacto porque o queria limitado a uma zona de livre-comércio.

De qualquer modo, observam esses investidores, tem havido uma preocupação generalizada das 300 principais multinacionais — que fazem 70% dos investimentos e 1/3 do comércio mundial — e dos países acolhedores de capital para criar um clima propício ao investimento. A Câmara de Comércio Internacional, por exemplo, apresentou em 1972 um guia para os investimentos internacionais, que constituiria a resposta completa e formal das multinacionais a essa questão essencial das relações com os países, e no qual se comprometeriam a seguir as leis locais, a se submeter às políticas econômicas e sociais dos países, etc. Por sua vez, a OCDE, FMI e mesmo a ONU estudam regulamentações gerais de investimento, estudos até hoje naturalmente não concluídos. O que tem avançado relaciona-se apenas a garantias que os países desenvolvidos obtêm para investir — contra problemas políticos por exemplo.

### Brasil privilegiado

Na interpretação de analistas europeus, o Brasil sempre foi um privilegiado para receber investimentos externos, apesar dos números extremamente negativos após 1982. Até 1981, de fato, o Brasil recebeu 13% dos investimentos globais dos industrializados, de um total de 25% destinado à América Latina. Isso explica-se pelas suas dimensões, seu mercado, suas fontes potenciais e possibilidades de crescimento, além, naturalmente, da "confiança do investidor".

Depois da deflagração da crise financeira de 1982, os investimentos

recuaram bruscamente. Mesmo os estímulos fiscais não mudaram o panorama. Ao contrário, pioraram, na medida em que as empresas passaram a comprar títulos de crédito dos bancos, transformando-se os investimentos que, comparado à remessa de lucros, não representava muito. Paulo, Nogueira Batista Júnior, quando esteve à frente da Seplan, demonstrou isso muito bem.

Este ano as reclamações dos investidores estrangeiros era sobretudo com o nível de inflação. Depois, o Plano Cruzado veio "comprimir os lucros. Os preços fixados não nos estimulam a novos investimentos". Alguns investidores reclamam de prejuízos, mas reconhecem que alguns países, como a Alemanha, permitem às suas multinacionais reduzir os lucros obtidos no país de origem, para efeito de imposto, as perdas sofridas pelas suas filiais no Exterior.

Quanto à lei de remessa de lucro, surpreendentemente não se ouve nenhuma crítica. "A lei brasileira é boa, sólida, tem 20 anos, e isso dá uma certa segurança ao investidor estrangeiro. De maneira geral, estamos satisfeitos, com ressalvas, é evidente." É evidente...

### Nova Corrida

Na Europa, as opiniões convergem sobre um novo período de concorrência ao capital externo, na medida em que os países devedores em desenvolvimento se conscientizam de que o investimento é mais favorável ao financiamento de fonte exterior: seu peso sobre o balanço de pagamentos toma a forma de transferência de lucros, em função do sucesso comercial da empresa estrangeira, e não a do pagamento de juros fixos, como no caso de um empréstimo.

Isso parece evidente, mas é preci-

so considerar também que o investimento externo não se constitui sozinho um bom instrumento de financiamento do balanço de pagamentos. Dados do BIS — Banco de Regulamentos Internacionais, o BC dos Bancos Centrais Industrializados —, demonstra que os países em desenvolvimento precisaram em média de US\$ 60 bilhões de financiamento entre 1983/85. E a cada ano não conseguiram em novos investimentos mais de US\$ 9 bilhões.

As tentativas de solução mais duradoura para o problema do endividamento externo, como o Plano Baker, insistem na necessidade de estímulos ao capital externo. Investidores ouvidos na Europa mencionam alguns países que têm agido nessa direção: — O México teria adotado medidas progressistas nos últimos dois meses, facilitando a entrada de investimentos que se comprometam a exportar 40% da produção. — A Indonésia, depois de um processo de desenvolvimento, modificou a lista de prioridades e abriu certos domínios aos estrangeiros, notadamente no setor financeiro. Também facilita operações de JOINT-VENTURES. — Em Filipinas, o governo promete acabar com o limite de 40% de capital externo nas empresas nacionais, e negocia com o Japão a conversão de dívidas em investimentos. — Em Londres, foi derrubada a lei que proibia a compra de ações de firmas britânicas num montante superior a 29,9%. Agora, não há limite. — Mesmo a China, depois da primeira lei em 1979, vem adotando regulamentos suplementares, numa demonstração de que confia no capital externo para modernizar sua economia.

No lado dos investidores potenciais, tem havido uma certa mudança de quadro. EUA, França, Grã-Bretanha vêm perdendo terreno para Alemanha e Japão. Os japoneses, por exemplo, prometem um crescimento anual de 12% nos seus investimentos externos, mas particularmente na Ásia. Além disso, os japoneses demonstram o quanto necessitam de fontes externas agrícolas, minerais e energéticas. O que fica claro, de fato, é que os países aplicam em certas regiões: Japão, mais na Ásia; EUA, mais na América Latina.

Enfim, constata-se no quadro do investimento interno diversificações: a preferência tradicional por controlar 100% da empresa já foi abandonada pelas multinacionais, que preferem agora contar com participação local. Quanto aos setores onde investir, uma tendência que se acentua é a procura pelos setores...

## Os partidos: novos rumos após as eleições.

Com algumas surpresas, os primeiros resultados das apurações já permitem algumas incursões, sobre os rumos da política partidária no País, a partir da instalação da Assembleia Nacional Constituinte. Desde logo, parece inequívoco que o PMDB sai bem mais fortalecido das urnas, mas fica uma indagação de resposta possível só após o reinício das atividades legislativas: quem ganhou? O PMDB, o governo Sarney ou Plano Cruzado?

A se confirmarem os primeiros resultados conhecidos ontem, a Aliança Democrática, embora robustecida com o expressivo avanço do PMDB, perde um pouco do lado do PFL, cujo desempenho nas votações não confirma nem mesmo as previsões mais óbvias.

Desse novo quadro, a principal figura do PFL, o senador Marco Maciel, atual chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, perde muito de sua projeção e principalmente as aspirações de chegar à chefia da Nação, praticamente bloqueadas pelo êxito peemedebista, do qual emergem nomes presidenciáveis com os de Ulysses Guimarães e o ex-governador paranaense José Richa. E é natural, diante dos resultados até agora conhecidos, o retraimento de Marco Maciel, como também parece lógico o crescimento dos nomes peemedebistas.

Até ontem à tarde, segundo as especulações de Brasília, o provável novo quadro político-partidário brasileiro apontava quatro legendas fortes, encabeçadas pelo PMDB, seguido do PFL, do PDS e do PDT. Dos pequenos partidos, devem sobreviver, com vida parlamentar e assim mesmo com reduzidíssima expressão, o PT e o PTB ou o PCB, todos eles sem nenhuma possibilidade de assustar o governo nas votações em plenário.

O PMDB, de imediato, terá como expressão os nomes de Ulysses e Richa, mas também contará com outros valores no Senado e na Câmara, como Nelson Carneiro — que se credencia para presidir o Senado —, Fernando Henrique Cardoso, Mário Costa e os ex-governadores que se

candidataram em 15 de novembro. Do lado do PFL, o grande líder será o ministro Aureliano Chaves, que passará a reinar mais tranqüilo pela perda de prestígio eleitoral de Marco Maciel. O PDS, apesar do seu desgaste notório, parece emergir das cinzas, e seu grande valor será o paranaense Jarbas Passarinho, que retorna ao Senado, onde provavelmente terá condições para um bom desempenho.

### Constituinte

Principal beneficiário das urnas de 15 de novembro, o PMDB ganha todas as condições, já previsíveis, para comandar a Assembleia Nacional Constituinte e, de quebra, o Senado e a Câmara. Consolidada-se, assim, a escolha de Ulysses Guimarães para dirigir a Constituinte e será ele, também, um fator decisivo para a indicação dos nomes para as presidências da Câmara e do Senado. Ao Palácio do Planalto, mais do que nunca, a alternativa será a de conduzir essas indicações em estreita vinculação com Ulysses Guimarães, cujo substituto na direção nacional peemedebista poderá ser José Richa, um nome com muito trânsito junto ao presidente José Sarney.